

1 Aos 09 (nove) e 10 (dez) dias do mês de maio de 2024, às 09h, os membros do Comitê da Bacia  
2 Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) se reuniram o hotel Bahiamar, Rua João Mendes da Costa  
3 Filho, 125, bairro Jardim de Alah, Salvador (BA), para participarem da XLVII Reunião Plenária Ordinária  
4 do CBHSF. **Participaram os seguintes membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães - Companhia de  
5 Saneamento de Minas Gerais (COPASA); Heloisa Cristina França Cavalieri – Serviço Autônomo de Água  
6 e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Evanildo Pereira Lima – Empresa Baiana de Águas e Saneamento  
7 (EMBASA); Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho – Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO); Ana  
8 L. Coimbra Ferreira – Associação das Indústrias de Sucreenergéticas do Estado de Minas Gerais; Adson  
9 Roberto Ribeiro – Associação dos Produtores Rurais e Irrigantes do Noroeste de Minas Gerais (Irriganor);  
10 Cláudio Ademar da Silva – Piscicultura Itaparica LTDA; Ednaldo de Castro Campos – Associação dos  
11 Fruticultores da Adutora da Fonte (AFAF); Vilma Martins Veloso – Federação dos Pescadores Artesanais  
12 e Aquicultores de Minas Gerais (FEPAMG); Roberto Rivelino de Souza Rocha – Antônio Paiva dos Santos  
13 (Pesca); Renato Junior Constâncio – Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG); Altino Rodrigues  
14 Neto – Associação de Desenvolvimento Artes de Ofício (ADAO); Marcus Vinícius Polignano – Instituto  
15 Guaicuy; José Valter Alves – Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra – Associação  
16 Quadrilátero das Águas (AQUA); Cláudio Pereira da Silva – Associação Quilombola Lagoa das Piranhas;  
17 Elias da Silva – Associação de Desenvolvimento Sustentável; Anivaldo de Miranda Pinto – Instituto de  
18 Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo; Rosa Cecília Lima Santos –  
19 Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio Ambiente (OSCATMA); Vanderli de Carvalho  
20 Barbosa – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio das Velhas (AMEV); Almacks Luis  
21 Carneiro da Silva – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; André Horta – Associação  
22 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES MG); JoséIVALDO de Brito Ferreira – Universidade  
23 Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Abelardo Antônio de Assunção Montenegro – Universidade Federal  
24 Rural de Pernambuco (UFRPE); Melchior Carlos do Nascimento – Universidade Federal de Alagoas  
25 (UFAL); Pedro de Araújo Lessa - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Sergipe (CREA); Xifroneze  
26 Santos – Quilombo Caraíbas; Manoel Uilton dos Santos – Tuxá/BA; Elísio Marinho dos Santos Neto –  
27 Prefeitura Municipal de Gararu SE; Marcelo da Fonseca – Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM);  
28 Eduardo Mendonça Sodré Martins – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA);  
29 Suzana Maria Gico Lima Montenegro – Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC); Ailton  
30 Francisco da Rocha – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas  
31 (SEMAC/SE); Gustavo Antônio Carneiro – Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do  
32 Distrito Federal (ADASA/DF); José Roberto Carlos Cavalcante – Ministério de Integração e do  
33 Desenvolvimento Regional (MDR); Guilherme Silva de Godoi – Ministério de Minas e Energia (MME);  
34 Josinaldo Ribeiro da Silva – Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Josinaldo Ribeiro da Silva – Fundação  
35 Nacional do Índio (FUNAI). **Participaram os seguintes membros suplentes:** Viviane Francis Silva Correia  
36 – Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO); Edvan Aparecido Ribeiro – Nexa Recursos Minerais S.A  
37 *(em exercício da titularidade)*; Heráclito Oliveira de Azevedo – Associação de Produtores do Perímetro  
38 Irrigado de Propriá *(em exercício da titularidade)*; Carlos Vanderlei Leite Pinheiro – Rota das Águas do  
39 Velho Chico *(em exercício da titularidade)*; Anselmo Barbosa Caires – Associação dos Condutores de  
40 Visitantes do Morro do Chapéu; Maria Cícera Bezerra de Lacerda – Colônia de Pescadores Z-39 *(em*  
41 *exercício da titularidade)*; Patrícia Maia e Silva – Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) *(em*  
42 *exercício da titularidade)*; Sirléia Márcia de Oliveira Drumond – Movimento Ecológico São Francisco de  
43 Gonzaga da Silva; Carlos Alexandre Borges Garcia – Universidade Federal de Sergipe (UFS); Francisco de  
44 Assis Gonzaga da Silva – Prefeitura Municipal de Ouro Preto/MG *(em exercício da titularidade)*; Marcelo  
45 Alexandre Luz Gama – Prefeitura Municipal de Petrolina/PE *(em exercício da titularidade)*; Antônio  
46 Jackson Borges Lima – Prefeitura Municipal de São Brás/AL *(em exercício da titularidade)*; Larissa Cayres

47 de Souza – Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA/BA); Athadeu Ferreira da Silva –  
48 Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). **Participaram**  
49 **também:** Maurício Vitor de Oliveira, Priscila Ikeda Ushimaru, Manoel Vieira de Araujo Junior, Elba Alves,  
50 Thiago Batista Campos, Jacqueline Evangelista Fonseca, Gustavo A. Costa Simões, Daniel Alexandre de  
51 Brito, Rúbia Mansur – Agência Peixe Vivo (APV); Thirza Silva, Rodrigo de Angelis – Tanto Expresso;  
52 Demerval Gervásio Oliveira – Fundifran; Wirlei de Oliveira Borges – CBH PASO; Cristiano Duarte de  
53 Magalhães – CBH Corrente; Anselmo Caires – CBHPASO; Yuri R. S. C. Silva – CBHPASO/Érico Cardoso;  
54 Paulo Cesar Grise, Valquíria Siqueira, Tiago Júnior – Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia  
55 (SEMA/BA); Thamires Mercês Gomes, Walter Guerra Filho – INEMA; Flávia Simões F. Rodrigues, Luiz  
56 Henrique Pinheiro, Thiago Gil Barros – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Larissa  
57 Rosa – Ministério de Meio Ambiente (MMA); Mário Montalvani – ANA / MMA; Raimundo Sousa Santos  
58 – CBHVJ/OAB-BA Subseção Seabra; Luciana Khoury – MP/BA; Washington Rocha – UEFS / MAP Biomas;  
59 João Pedro da Silva Neto – UNIVASF / CTAS; Plínio Matias Falcão – Instituto Federal da Bahia  
60 (IFBA/Salvador); Cléia Nobre de Oliveira, Yvonilde Medeiros – Universidade Federal da Bahia (UFBA);  
61 Eduardo Lucena – UFAL; Ana Marinho – UFRP; Luiz Paulo R. Morais – UFV; Luiz Eduardo C. L. Andrade –  
62 Erobrasil; Johann Gnadlinger – IRPAA; Adriane A. R. Guedes – CBHSF4; Francisco Ivan de Aquino – CCR  
63 Submédio; Gabriela Kelly Pacheco, Lucio Albuquerque – FUNAI, Lucia Helena Batista Tredezmi –  
64 Manuelzão; Robélia Firmino – Tech Virtus; Ana Raquel Teixeira Cedraz, Deizze P. Rocha Reis – Secretaria  
65 de Meio Ambiente de Morro do Chapéu; Ismael Medeiros – CBHP; Hidamar Santos Moura – Prefeitura  
66 de Mirangaba; Eduardo Zanalta – Assembleia Legislativa; Edison Ribeiro – Bahiater/SDR; João Batista  
67 Soares Ferreira – FETAG/BA; Carlos Herminio – CODEVASF; Natália Majank de Souza – APEX; André Luiz  
68 Fernandes; Suely Nelson Aragão; Kiko Silva; Aurenilde Aires dos Santos; Aline H. Fernandes e Carlos  
69 Vilela de Souza. **1. Abertura e verificação do quórum.** No primeiro dia, a Plenária abriu com a  
70 manifestação cultural das Ganhadeiras de Itapuã. Ao término, o cerimonialista assumiu as atividades,  
71 desejou boas-vindas aos presentes e leu a programação do evento. Convidou para compor a mesa:  
72 Marcus Polignano, vice-presidente do CBHSF, que na ocasião representou o presidente, Maciel Oliveira;  
73 Almacks Luiz da Silva, secretário do CBHSF; Altino Rodrigues, coordenador da CCR Alto São Francisco;  
74 Ednaldo Campos, coordenador da CCR Médio São Francisco; Cláudio Ademar, coordenador da CCR  
75 Submédio São Francisco; Anivaldo Miranda, coordenador da CCR Baixo São Francisco; Eduardo Sodré,  
76 secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia e Luiz Henrique Pinheiro, da ANA. Uma vez a mesa  
77 estando completa, foi confirmado o quórum e registrada a ausência, por motivos de saúde, do  
78 presidente do CBHSF, José Maciel Nunes de Oliveira. Seguiu-se com a execução do Hino Nacional, que  
79 foi reproduzido. Logo após a plenária prestou uma homenagem a Rafael Coelho, ex-membro do CBHSF  
80 e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEP), falecido recentemente.  
81 Ele foi lembrado por sua dedicação ao desenvolvimento sustentável e à preservação ambiental, sendo  
82 realizada um minuto de silêncio em sua memória. As vítimas das enchentes que atingem o Rio Grande  
83 do Sul também foram homenageadas na Plenária com uma salva de palmas para toda a população  
84 atingida. Com a palavra, Marcos Polignano cumprimentou, agradeceu a presença de todos e declarou  
85 aberta a quadragésima sétima plenária ordinária do CBHSF. Na sequência, passou a palavra para os  
86 integrantes da mesa. Almacks Luis saudou os presentes e enfatizou a importância da água para o povo  
87 baiano, ressaltando que a água é vista não apenas como um recurso econômico, mas como algo sagrado.  
88 Ele destacou que a Bahia é o estado com a maior porção da bacia do São Francisco e que os municípios  
89 baianos, representados por figuras presentes, têm um papel importante na preservação do rio. Luiz  
90 Henrique abordou a importância de fortalecer o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos  
91 Hídricos e a importância da integração de instrumentos de gestão. Mencionou os desafios hídricos no  
92 Nordeste, incluindo os eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul e no semiárido brasileiro.

93 Eduardo Sodré reforçou a importância da Bahia na preservação do Rio São Francisco e anunciou um  
94 projeto de criação do fundo da Caatinga para ações de conservação ambiental, e sugeriu que a  
95 celebração dos 25 anos do CBHSF ocorra na Bahia, comprometendo-se a apoiar a inclusão do comitê no  
96 fundo da Eletrobras para revitalização da bacia. Na sequência, Marcos Polignano expressou  
97 solidariedade às vítimas de catástrofes climáticas no Rio Grande do Sul, defendendo a inclusão das  
98 mudanças climáticas na agenda política. Ele também abordou a questão da segurança de barragens,  
99 como a de Forquilha III, que apresentou riscos estruturais, ressaltando a necessidade de políticas de  
100 prevenção e monitoramento. Desfeita a mesa, Marcus Polignano apresentou as principais atividades  
101 realizadas pelo CBHSF. **2. Aprovação da Ata XLVI da Plenária Ordinária CBHSF.** O secretário do CBHSF  
102 lembrou que a minuta da ata foi enviada com antecedência, em anexo à convocatória. Não havendo  
103 manifestações, o documento é colocado para aprovação, sendo aprovado de forma unânime. **3.**  
104 **Informes. 3.1. Fundo Eletrobrás.** Marcus Polignano informou sobre o fundo de revitalização gerado a  
105 partir da privatização da Eletrobras. Explicou que o fundo atualmente arrecada aproximadamente R\$  
106 350 milhões e é administrado por um conselho gestor no qual o Comitê de Bacias Hidrográficas do São  
107 Francisco não possui representação. O vice-presidente do CBHSF enfatizou a importância de que o  
108 colegiado tenha uma participação ativa nesse conselho, visando garantir que os recursos sejam  
109 aplicados em projetos prioritários para a revitalização da bacia do São Francisco. Aproveitando a  
110 presença do secretário reforçou o pedido de inclusão do comitê no conselho gestor para assegurar o  
111 alinhamento dos investimentos com as necessidades das comunidades e do ecossistema da bacia. **3.2.**  
112 **Processo eleitoral do CBHSF.** Marcus Polignano informou sobre o processo eleitoral do comitê, previsto  
113 para o ano seguinte, mencionando que a diretoria colegiada do comitê e a Agência Peixe Vivo  
114 conduzirão a criação do edital. Destacou que o edital será trazido para aprovação futura em plenária.  
115 **3.3. Reunião DIREC com ANA realizada em Brasília.** Marcos Polignano relatou a reunião realizada em  
116 Brasília entre a DIREC e a ANA, na qual discutiu-se a necessidade de integrar ações de diferentes órgãos  
117 para implementar um projeto conjunto de revitalização da Bacia do Rio São Francisco; e que foi  
118 enfatizado que a revitalização da bacia não deve ser uma iniciativa isolada, mas sim uma ação integrada  
119 entre diversas políticas públicas, sendo fundamental o papel da ANA na coordenação e aplicação dos  
120 recursos conforme as necessidades locais. Destacou-se também a questão do saneamento básico,  
121 especialmente em municípios da bacia que ainda não possuem essa infraestrutura, uma vez que o  
122 comitê não dispõe de recursos suficientes para realizar essas obras, tornando essencial o apoio  
123 financeiro dos órgãos federais. O vice-presidente pontuou que outro ponto abordado na referida  
124 reunião foi a inadimplência dos usuários da água da bacia, com foco em empresas outorgadas que não  
125 cumprem a obrigação de pagamento pelo uso dos recursos hídricos, conforme determina a Lei nº 9433,  
126 cuja inadimplência gira em torno de 10 a 12 milhões de reais anuais, impactando diretamente a gestão  
127 dos recursos. **3.4. Encontro dos comitês interestaduais realizado pela ANA.** Marcos Polignano relatou  
128 a participação do comitê no encontro dos comitês de bacias hidrográficas interestaduais, promovido  
129 pela ANA. Informou que o encontro teve como objetivo fortalecer a cooperação e a atuação conjunta  
130 dos comitês em âmbito federal, unindo esforços para enfrentar os desafios da gestão de recursos  
131 hídricos e fortalecer a governança integrada das bacias no país. **3.5. Resolução DIREC sobre edital de**  
132 **apoio – Melchior Nascimento (CTPPP).** Com a palavra, Melchior Nascimento iniciou agradecendo à  
133 diretoria pelo espaço para esclarecer o edital de apoio, desenvolvido pela CTPPP para melhorar a gestão  
134 de recursos e garantir transparência nos processos de submissão. Explicou que o comitê, seguindo uma  
135 recomendação da ANA, decidiu implementar o edital, que já passou pela aprovação interna e está em  
136 fase de revisão jurídica. Para tanto, o edital será uma chamada pública para projetos alinhados ao Plano  
137 de Recursos Hídricos da Bacia do São Francisco, priorizando iniciativas que se integrem aos objetivos de  
138 preservação e valorização do rio. Claudio Pereira questionou se o edital contempla projetos culturais

139 com especificidades locais e citou o exemplo de Carlos Vilela, um artista da Bahia, que tem um projeto  
140 especial com músicas e um livro sobre o Rio São Francisco. Carlos Vilela compartilhou que seu projeto é  
141 uma homenagem ao rio, com um livro contendo 10 (dez) músicas sobre a vida ribeirinha, visando  
142 conectar a leitura à experiência sonora do São Francisco. Melchior Nascimento parabenizou Carlos Vilela  
143 e esclareceu que o edital permite a submissão de projetos com relevância para o comitê, desde que  
144 alinhados ao Plano de Recursos Hídricos. Disse que projetos culturais que tenham conexão com a bacia  
145 e beneficiem a comunidade podem ser contemplados, caso sigam os critérios do edital, garantindo  
146 apoio apenas propostas que atendam aos interesses do comitê e da bacia. **3.6. Campanha Eu Viro**  
147 **Carranca para defender o Velho Chico 2024.** Marcos Polignano iniciou comentando sobre a coletiva de  
148 imprensa realizada no dia anterior, que contou com a participação ativa de prefeitos e vice-prefeitos.  
149 Ele elogiou o comprometimento das cidades selecionadas para a campanha e enfatizou a importância  
150 da responsabilidade dos municípios na questão ambiental. Ressaltou também que a campanha “Eu Viro  
151 Carranca” tem como objetivo reforçar a preservação e revitalização do Rio São Francisco. Na sequência  
152 Paulo Vilela, apresentou a campanha "Eu Viro Carranca" de 2024, com o lema "Revitalizar o Rio,  
153 Preservar Riquezas", explicando que a campanha, na sua décima primeira edição, visa aumentar a  
154 conscientização ambiental, destacando as riquezas produtivas, energéticas e culturais da bacia do São  
155 Francisco. Destacou que campanha inclui ações em várias cidades da bacia, eventos culturais, músicas  
156 e peças visuais para promover o engajamento da população e das autoridades locais. Durante a  
157 apresentação, foi enfatizada a importância do envolvimento dos municípios na questão ambiental e a  
158 responsabilidade de cada um na preservação dos recursos naturais. Apresentou como serão os materiais  
159 da campanha, como vídeos, jingles, podcasts e materiais educativos voltados para escolas e  
160 comunidades locais. Ao final, fez um apelo para que todos os membros do comitê e participantes  
161 disseminem a campanha em suas cidades, aproveitando rádios locais e comunitárias para ampliar o  
162 alcance. **4. Mesa-redonda sobre os desafios para gestão das águas no Brasil: Destruição dos biomas**  
163 **brasileiros (MAP Biomas) e Legislação ambiental – o que tem sido discutido no Congresso Nacional.**  
164 Marcus Polignano abriu sua fala explicando o objetivo da inclusão da apresentação do MapBiomas na  
165 pauta da plenária. Ele destacou a necessidade do CBHSF ter uma visão científica e dados concretos para  
166 orientar o colegiado nas políticas de preservação e garantir uma gestão sustentável dos recursos  
167 hídricos. Frisou que os dados fornecidos pelo MapBiomas podem embasar políticas de conservação e  
168 ajudar o comitê a compreender melhor as ameaças ao meio ambiente, haja vista considerar a instituição  
169 uma das fontes mais qualificadas nesse aspecto. Assumindo a moderação, Anivaldo Miranda iniciou com  
170 uma fala enfática, contextualizando a importância do tema da plenária. Ele ressaltou que, além das  
171 questões cotidianas de gestão hídrica, o comitê deve se dedicar a discutir a crise ambiental como um  
172 todo, dado o impacto direto dessa crise sobre o Rio São Francisco. Frisou que o desmatamento  
173 desenfreado e a degradação dos biomas não são questões isoladas, sendo uma ameaça ao futuro de  
174 toda a Bacia do São Francisco e à sobrevivência da sociedade. Anivaldo Miranda então apresentou os  
175 palestrantes. Na oportunidade elogiou trabalho do MapBiomas no monitoramento do uso do solo e das  
176 transformações nos biomas brasileiros. Por fim afirmou que o MapBiomas fornece dados que mostram,  
177 de maneira objetiva, o impacto humano sobre o meio ambiente, e não deixam espaço para especulação  
178 pois revelam a dura realidade enfrentada por todos. Concluiu sua introdução enfatizando a necessidade  
179 de mobilização e ação conjunta para combater o desmatamento e as mudanças climáticas. Com a  
180 palavra Mário Mantovani, Diretor Institucional da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente,  
181 iniciou sua apresentação com uma análise detalhada das mudanças na cobertura vegetal dos biomas  
182 brasileiros, com ênfase no Cerrado e na Caatinga, que são fundamentais para a Bacia do São Francisco.  
183 Ele destacou que, entre 1985 e 2022, as áreas de água e vegetação nativa têm diminuído  
184 significativamente devido ao avanço da agricultura e à ausência de políticas públicas eficazes.

185 Apresentou dados sobre a variação das áreas de água, evidenciando a crescente pressão sobre os  
186 recursos hídricos. Na sequência, o professor Washington Rocha, do MapBiomias, complementou a  
187 apresentação de Mário Mantovani com dados específicos sobre o impacto do desmatamento na  
188 capacidade de recarga dos aquíferos e no equilíbrio hídrico da região. Ele ressaltou que a expansão  
189 agrícola, sem um planejamento sustentável, compromete diretamente a quantidade e a qualidade dos  
190 recursos hídricos na bacia. Anivaldo Miranda, como moderador, abriu o debate ao plenário. Athadeu  
191 Ferreira destacou a insuficiência das políticas de conservação e questionou o MapBiomias sobre  
192 estratégias de fiscalização mais fortes. Francisco de Assis sugeriu o IPTU verde para promover  
193 compensação ambiental e fortalecer a mobilização local. Mário Manovani concordou com a importância  
194 de ações locais e a relevância dos dados do MapBiomias. Luciana Khoury enfatizou a integração dos  
195 sistemas estaduais com o MapBiomias para melhorar a fiscalização em tempo real, e Washington Rocha  
196 apoiou a ideia, mencionando que buscam parcerias para aumentar o acesso aos dados. Johann sugeriu  
197 que o comitê use linhas do tempo para mostrar o impacto das ações humanas. Áurea fez um apelo pela  
198 preservação do Cerrado na Bahia. Ailton Rocha destacou a necessidade de proteger as áreas de recarga  
199 hídrica para garantir a segurança hídrica futura. Em resposta, Mário Mantovani e Washington Rocha  
200 reforçaram a importância das políticas integradas. Raimundo abordou a conscientização local como  
201 essencial para o sucesso da preservação, enquanto Antônio Jackson criticou a falta de recursos para as  
202 políticas ambientais. Heráclito falou sobre as dificuldades no Congresso em aprovar leis de proteção  
203 ambiental. Guilherme Silva, representando o Ministério de Minas e Energia, apoiou as iniciativas do  
204 comitê e falou sobre o plano de recuperação de reservatórios. Ronald Guerra enfatizou a  
205 responsabilidade local de cada município na conservação ambiental. Guilherme Silva elogiou os  
206 palestrantes e mencionou o plano de recuperação de reservatórios, destacando o compromisso do  
207 governo em colaborar com o comitê para o desenvolvimento de ações conjuntas. Marcus Polignano  
208 concluiu agradecendo aos participantes e palestrantes, e reforçou a necessidade de mobilização social  
209 para evitar retrocessos ambientais, recordando as conquistas das décadas de 80 e 90 que agora estão  
210 ameaçadas. Ele sugeriu a criação de um relatório que exponha a ineficiência e os abusos na gestão  
211 ambiental, bem como a implementação de um observatório. Para ele, a criação de subcomitês locais,  
212 como no Comitê do Velhas, é um bom exemplo a ser seguido, pois permite a participação ativa das  
213 comunidades e amplia a atuação em prol da preservação. **5. Deliberação CBHSF que aprova o Relatório**  
214 **Anual de Atividades do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - exercício 2023.** Maurício  
215 Oliveira, da Agência Peixe Vivo, explica que a aprovação deste relatório é uma exigência do Conselho  
216 Nacional de Recursos Hídricos e do contrato de gestão com a ANA (Agência Nacional de Águas e  
217 Saneamento Básico), o que requer aprovação na primeira plenária do ano. O documento foi  
218 previamente enviado aos participantes, contendo detalhes das atividades, reuniões, eventos e  
219 iniciativas executadas pelo Comitê. Após a apresentação e uma breve discussão sobre o conteúdo do  
220 relatório, foi realizada a votação, que foi aprovada integralmente pelos presentes. **6. Apresentação das**  
221 **Câmaras Consultivas Regionais: coordenadores CCRs.** Anivaldo Miranda iniciou sua apresentação com  
222 uma breve exposição das atividades da Câmara Consultiva Regional do Baixo São Francisco (CCR Baixo  
223 SF) e mencionou os principais problemas que têm preocupado a CCR Baixo. Citou o incidente ocorrido  
224 em Piaçabuçu, onde um novo sistema de abastecimento de água, criado para enfrentar a intrusão salina,  
225 apresentou uma falha técnica. O rompimento de um tanque causou danos a residências e ferimentos  
226 em moradores, o que gerou preocupação quanto à segurança da instalação, situada em área residencial.  
227 Ele enfatizou a necessidade de um diagnóstico independente para determinar as causas e  
228 responsabilidades, além de debater com a comunidade medidas para aumentar a segurança, como  
229 anteparos ou a realocação dos tanques. Anivaldo Miranda também abordou as dificuldades na relação  
230 com a Agência Peixe Vivo, especialmente quanto à lentidão na tramitação de projetos. Segundo ele, o

231 excesso de burocracia e a falta de transparência na gestão dos processos impedem a execução eficiente  
232 dos projetos do Comitê. Para resolver isso, ele propôs a criação de um sistema de fluxo de processos  
233 que permita o monitoramento detalhado de cada projeto, para que o Comitê possa saber com clareza  
234 em que fase cada demanda se encontra e quem é o responsável por ela. Além disso criticou o atraso  
235 nos pareceres jurídicos e na aprovação de editais, ressaltando que esses obstáculos dificultam a  
236 aplicação dos recursos e a realização das metas anuais. Ele mencionou que a recente crise na direção  
237 da Agência Peixe Vivo impactou a execução do contrato com o Comitê, propondo que a agência elabore  
238 um novo planejamento estratégico e um orçamento mais transparente e participativo. Concluindo,  
239 Anivaldo Miranda reforçou que o objetivo do Comitê é manter uma parceria construtiva com a Agência  
240 Peixe Vivo, mas destacou que melhorias em gestão, transparência e eficiência são essenciais para o  
241 sucesso das iniciativas e para assegurar a confiança e segurança da comunidade. Com a palavra Cláudio  
242 Ademar iniciou sua apresentação destacando ações da Câmara Consultiva Regional do Submédio São  
243 Francisco (CCR Submédio SF), com foco em revitalização ambiental, sustentabilidade hídrica e apoio às  
244 comunidades. Ele mencionou a recuperação do Rio Estivas em Jaguarari (BA), o projeto de energia solar  
245 em Glória (BA), e ações para comunidades pesqueiras em Campo Alegre de Lourdes (BA). Também  
246 destacou iniciativas como a recuperação da caatinga em Petrolândia (PE) e o projeto Salvador das Águas  
247 no Sertão de Pernambuco. Em relação à infraestrutura, falou sobre projetos de água e esgoto em  
248 Pariconha (AL) e Campo Alegre de Lourdes (BA), além da fiscalização aérea do uso de recursos hídricos.  
249 Também citou a parceria com a UNEB para cursos em comunidades tradicionais e a exploração de  
250 créditos de carbono para a preservação da caatinga. O coordenador da CCR Submédio SF abordou o  
251 combate à desertificação com a criação de um Grupo de Trabalho Interministerial para um projeto-  
252 piloto, além de iniciativas políticas para combater projetos de lei que ameaça a privatização da água, e  
253 o PL que enfraquece a compensação financeira para comitês de bacia. Ele defendeu a inclusão da água  
254 como "sujeito de direito" no debate nacional e ressaltou a importância do São Francisco como símbolo  
255 de integração no Brasil. Por fim, Cláudio destacou a participação do comitê no Fórum Brasileiro de  
256 Mudança do Clima e a importância das parcerias estratégicas para fortalecer políticas de preservação e  
257 garantir a sustentabilidade do Submédio São Francisco. Ednaldo Campos iniciou sua apresentação  
258 agradecendo aos membros dos Comitês Afluentes da Bahia, destacando seu trabalho voluntário na  
259 defesa das águas. Em seguida abordou as ações da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco  
260 (CCR Médio SF), iniciando com os projetos de revitalização hidroambiental, citando a revitalização do  
261 Rio Paramirim, em Érico Cardoso, que contempla cercamento e recuperação de áreas de recarga; o  
262 projeto em Mulungu do Morro, onde foram instaladas barreiras de controle de erosão e realizadas ações  
263 de desenvolvimento vegetativo; a recuperação da nascente de Itaguaçu da Bahia, com cercamento para  
264 evitar assoreamento; e o projeto "Água que Faz Milagres," em Barra do Mendes, para recuperação da  
265 nascente de Milagres, que está em fase de implementação. Na sequência, foi abordada a produção de  
266 mudas e a revitalização ambiental, com destaque para o viveiro de mudas em Lapão, que, em parceria  
267 com a Universidade Federal do Vale do São Francisco, visa a obtenção de sementes nativas da caatinga  
268 para reflorestamento. Informou que município de Bom Jesus da Lapa, foi desenvolvido o Programa de  
269 Proteção e Recuperação Ambiental, incluindo o projeto de revitalização da Lagoa das Piranhas, em uma  
270 área quilombola, onde foram realizadas melhorias de acesso e ações de proteção contra erosão e  
271 contaminação. Ednaldo Campos apresentou ainda projetos voltados para infraestrutura e  
272 abastecimento de água em comunidades rurais, como o sistema de controle de erosão e proteção das  
273 águas do Rio Preto, em Formosa do Rio Preto, e a instalação de sistema de captação e dessalinização de  
274 água em comunidade do município de São Gabriel, beneficiando residências quilombolas. Na área de  
275 saneamento, mencionou o projeto de esgotamento sanitário de Xique-Xique, que visa impedir o despejo  
276 de esgoto no Rio São Francisco. Informou que em Lapão, João Dourado e Paratinga estão em andamento

277 projetos para a instalação de fossas agroecológicas em comunidades quilombolas. Além disso, falou da  
278 implantação de sistemas de esgotamento nas áreas centrais de Érico Cardoso e Correntina. Citou  
279 também sobre o levantamento e cadastro ambiental do Rio de Ondas, onde foi realizado um  
280 mapeamento utilizando fotogrametria para regularização de ocupações e outorgas, facilitando a gestão  
281 dos recursos hídricos na região. O Coordenador da CCR Médio SF também relatou sobre sua participação  
282 em eventos e fóruns nacionais e regionais, como seminários em Belo Horizonte, Recife e Paulo Afonso,  
283 além do Fórum Baiano de Comitê, e finalizou ressaltando a importância das parcerias institucionais com  
284 a Codevasf, o Ministério Público e outros comitês locais, estaduais e federais, reforçando o compromisso  
285 com a preservação ambiental e a sustentabilidade dos recursos no Médio São Francisco. Por fim  
286 ressaltou a importância de tornar o trabalho mais visível, considerando fundamental o apoio da  
287 imprensa para divulgar as ações realizadas, agradecendo a presença da imprensa, e reconhecendo sua  
288 importância nesse processo. Altino Rodrigues abriu sua fala destacando a importância cultural e  
289 ambiental do Alto São Francisco e a responsabilidade da Câmara Consultiva Regional do Alto São  
290 Francisco (CCR Alto SF) em conservar e produzir água para a bacia. Ele mencionou o Programa Produtor  
291 de Água, desenvolvido em parceria com o governo estadual e a Agência Nacional de Águas, além de  
292 anunciar um seminário para divulgar o programa e estimular a união em torno da preservação hídrica.  
293 Complementando essas iniciativas, Altino Rodrigues também destacou o Programa Pró-mananciais da  
294 Copasa, que visa aumentar a retenção de água e fortalecer a resiliência da bacia. O coordenador da CCR  
295 Alto SF reforçou o papel das parcerias políticas na viabilização de ações de revitalização, com destaque  
296 para a colaboração com o setor produtivo, especialmente o agronegócio, visando conciliar preservação  
297 e produção de forma sustentável. Manifestou ainda preocupação com o risco iminente da Barragem de  
298 Forquilha 3, que ameaça à segurança hídrica de milhões em Belo Horizonte, ressaltando a importância  
299 de investir em ações preventivas para evitar tragédias. Por fim, abordou a necessidade de ampliar as  
300 fontes de financiamento para a gestão hídrica, mencionando iniciativas como a exploração de créditos  
301 de carbono em parceria com a Nature Conservancy para financiar o Pagamento por Serviços Ambientais  
302 (PSA). Altino também falou sobre o Programa de Educação Ambiental (PSA) do CBHSF, que tem buscado  
303 parceiros locais para expandir a conscientização na região. Ele concluiu reforçando a importância do  
304 compromisso político e da colaboração para o avanço das metas do comitê, destacando o valor de  
305 engajar futuras gerações no cuidado e preservação do São Francisco. **7. Inadimplência na bacia**  
306 **hidrográfica do rio São Francisco – ANA.** Thiago Barros discorre sobre a estruturação do financiamento  
307 do sistema, explicando que há recursos de fontes não contingenciáveis, como a cobrança pelo uso da  
308 água, que têm maior estabilidade. Ele enfatiza a importância de garantir essas fontes para sustentar as  
309 operações, detalhando como os recursos são aplicados pela ANA, incluindo projetos como o Pacto pela  
310 Governança das Águas, monitoramento hidrometeorológico e iniciativas de pagamento por serviços  
311 ambientais. Thiago Barros comenta a governabilidade que o sistema de comitês de bacia tem sobre a  
312 implementação da cobrança e a necessidade de ajustar valores para refletir a realidade dos custos e  
313 investimentos na bacia. Ele exemplifica que, embora a cobrança por água seja pequena, ela simboliza  
314 um recurso importante para o financiamento de ações como capacitação e planos de recursos hídricos.  
315 Em relação à inadimplência, Thiago explica que há diferentes perfis de devedores, destacando a  
316 dificuldade em cobrar de pequenos usuários e a importância de buscar um equilíbrio que incentive o  
317 pagamento sem prejudicar o uso sustentável da água. Encerra enfatizando que é fundamental a  
318 colaboração de todos para ajustar a cobrança e a gestão financeira, e menciona que as estratégias de  
319 cobrança da ANA estão em constante revisão, buscando tornar o sistema mais eficiente. Aberta a  
320 palavra ao plenário, Anivaldo Miranda comenta sobre um grande investimento realizado pelo comitê  
321 para mapear as captações na calha do Rio São Francisco, enfatizando a relevância do cadastro e  
322 recadastramento dos usuários para reduzir a inadimplência. Ele destaca que as captações clandestinas

323 geram uma percepção de desigualdade entre os usuários, o que prejudica o esforço de cobrança. Ele  
324 propõe uma parceria com a ANA para reforçar a fiscalização e sugere que os estados e batalhões  
325 ambientais também colaborem nesse processo. Dra. Luciana Khoury comenta que a Bahia já foi um  
326 exemplo em gestão de recursos hídricos e expressa esperança de que o estado retome esse destaque.  
327 Ela questiona o número de devedores inscritos na dívida ativa e quantas execuções efetivas estão em  
328 andamento, propondo que a ANA e o comitê trabalhem em conjunto para criar estratégias que  
329 estimulem o pagamento. Maciel Oliveira propõe a simplificação dos processos e enfatiza a necessidade  
330 de educar os usuários sobre a importância da cobrança, ressaltando que é preciso que os usuários  
331 compreendam o valor que recebem em troca dos recursos. Em resposta às perguntas e colocações  
332 iniciais, Thiago Barros confirma que a ANA já realiza notificações de usuários inadimplentes, utilizando  
333 correspondências enviadas por e-mail e carta registrada. Menciona que a falta de resposta dos usuários  
334 rurais ocorre por dificuldades de localização e entrega dos avisos. Quanto à sugestão de estabelecer um  
335 balcão de negociação, Thiago Barros considera a proposta interessante e sugere que o comitê e a ANA  
336 trabalhem juntos para dar mais visibilidade aos casos de inadimplência e incentivar a regularização. Com  
337 a palavra Cláudio Pereira expressa preocupação sobre o desequilíbrio nos valores cobrados dos  
338 usuários, mencionando que, muitas vezes, o valor da cobrança é pequeno comparado ao que se paga  
339 em outros serviços essenciais. Ele sugere que o sistema de cobrança considere a capacidade de  
340 pagamento dos usuários e comenta que mecanismos como a inclusão do nome no Cadin não têm sido  
341 eficazes, especialmente para pequenos usuários. Evanildo Pereira parabeniza Thiago pela apresentação  
342 e enfatiza que a inadimplência é uma questão crítica para o comitê e o sistema de recursos hídricos. Ele  
343 menciona que, após 14 anos desde o início da cobrança, é necessário revisar o processo e aplicar  
344 sanções mais rigorosas. Ele também critica a forma de utilização dos recursos arrecadados, sugerindo  
345 que o comitê deveria investir mais em obras de infraestrutura, como esgotamento sanitário e  
346 reflorestamento, que teriam um impacto mais significativo na preservação dos recursos hídricos. Em  
347 resposta o representante da ANA aborda a questão levantada por Evanildo Pereira, concordando que a  
348 cobrança passou do período "pedagógico" e reforça que a ANA já adota estratégias diferenciadas para  
349 grandes e pequenos devedores. Ele menciona que divulgar publicamente os nomes dos devedores é um  
350 tema sensível, principalmente em respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Thiago Barros  
351 também concorda com a ideia de investir em ações estruturantes e sugere que o comitê explore outras  
352 fontes de financiamento para complementar os recursos de cobrança. Ivan Aquino comenta sobre a  
353 fiscalização e questiona a dificuldade de implementar parcerias entre a ANA e os comitês, sugerindo que  
354 o comitê poderia desempenhar um papel mais ativo no acompanhamento das outorgas e fiscalizações.  
355 Ele critica a falta de clareza sobre as outorgas e os limites de captação, o que, segundo ele, facilita  
356 práticas inadequadas por parte de alguns usuários. Thiago Barros responde que a fiscalização é, de fato,  
357 uma atribuição do órgão gestor e que a ANA se esforça para melhorar a presença em campo, mas  
358 reconhece que ainda há limitações de pessoal e recursos. Ele resalta que parcerias com os comitês e  
359 outras entidades podem ser uma solução viável, e afirma que a ANA está aberta a propostas de  
360 colaboração para aprimorar o monitoramento e a fiscalização. Luiz Henrique elogiou a organização da  
361 reunião e ressaltou a importância dos temas abordados, como cobrança, inadimplência e fiscalização.  
362 Expressou preocupação com a falta de informações atualizadas sobre os grandes usuários que captam  
363 volumes consideráveis de água e sugere que sejam implementados mecanismos mais eficientes para  
364 monitorar essas captações. Ele questiona por que ainda existe um número alto de captações  
365 clandestinas, reforçando a necessidade de um sistema de cadastramento mais rigoroso que inclua todas  
366 as captações, grandes e pequenas. Ele também destacou a necessidade de alinhamento técnico entre o  
367 comitê e a ANA, visando a padronização e eficácia do cadastro de usuários e a relevância de focar nos  
368 grandes usuários para melhorar a gestão dos recursos. Antônio Jackson menciona a dificuldade

369 enfrentada pelos pequenos agricultores no que diz respeito ao pagamento da cobrança e sugere que a  
370 ANA considere isenções ou condições especiais para esses usuários, que muitas vezes têm dificuldades  
371 para arcar com os custos. Ele também levanta a importância de os recursos da cobrança serem aplicados  
372 em projetos de reflorestamento e manejo do solo, especialmente em áreas que sofrem com a escassez  
373 hídrica. Flávia Simões mencionou uma campanha recente de fiscalização no trecho médio do São  
374 Francisco, que identificou irregularidades. Ela destacou a importância de um alinhamento com o comitê  
375 para fortalecer o levantamento de dados e sugeriu que fosse escolhida uma bacia piloto para um projeto  
376 de regularização. A proposta seria um esforço conjunto entre o comitê, a ANA e a Peixe Vivo. Thiago  
377 Barros agradeceu as contribuições de Luiz Henrique e Antônio Jackson, afirmando que o comitê tem  
378 papel essencial em levantar as demandas locais e colaborar com a ANA na estruturação de um sistema  
379 mais justo e eficiente. Ele reitera que o controle das captações clandestinas é uma prioridade e  
380 menciona que há um esforço contínuo para melhorar o cadastro de usuários e reduzir a inadimplência,  
381 especialmente entre os pequenos agricultores. Ao fim das discussões, Marcus Polignano, que fez a  
382 moderação, agradeceu a todos os participantes e reitera a importância das colaborações para fortalecer  
383 o sistema de gestão hídrica. Marcus Polignano enfatizou a importância das ações do comitê, apesar das  
384 limitações de recursos financeiros. Ele destacou que, com o orçamento disponível, o comitê tem se  
385 esforçado para cumprir seu papel de incentivar a mobilização e o cuidado com o Rio São Francisco.  
386 Polignano ressaltou que o comitê tem assumido responsabilidades que deveriam ser de outras políticas  
387 de estado, como saneamento e revitalização ambiental, mas que, com o valor atual de arrecadação, não  
388 é possível resolver todos os problemas da bacia. Ele sugeriu a criação de um grupo de trabalho  
389 envolvendo a ANA, a agência delegatária Peixe Vivo, e outros órgãos gestores para discutir e alinhar as  
390 questões de cobrança e inadimplência, além de fortalecer parcerias institucionais e técnicas que possam  
391 auxiliar na fiscalização e na gestão sustentável dos recursos hídricos. **8. Lançamento do livro “Luzes do  
392 farol de Cordouan para o rio São Francisco” de Carlos Hermínio.** Carlos Hermínio iniciou sua fala  
393 agradecendo o convite e destacando a importância histórica e ambiental do São Francisco, além da  
394 relevância das lideranças e instituições em sua preservação. Relembrou sua trajetória no CBHSF, desde  
395 a primeira diretoria, e a criação das câmaras consultivas regionais, que fortaleceram a  
396 representatividade de várias regiões e setores na gestão da bacia. Carlos Hermínio compartilhou sua  
397 experiência na França, onde observou a eficácia das agências de água e dos planos de bacia adaptados  
398 às mudanças climáticas, sugerindo que o CBHSF adote abordagens semelhantes para enfrentar desafios  
399 ambientais. No livro, disse que explora esses estudos, inspirando-se na política francesa de gestão  
400 hídrica, e propôs a revitalização do farol do Cabeço, no São Francisco, como um símbolo de preservação  
401 e turismo, inspirado no farol de Cordouan. Concluindo, Carlos Hermínio destacou a necessidade de uma  
402 agência dedicada à bacia do São Francisco, para fortalecer sua gestão regional e a participação das  
403 comunidades. Ele agradeceu o apoio recebido para a publicação do livro e reiterou o convite ao  
404 engajamento de todos na conservação do rio, enfatizando o papel essencial do comitê para garantir a  
405 sustentabilidade do São Francisco. **9. Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre CBHSF, APV  
406 e UNEB.** Cláudio Ademar iniciou o momento da assinatura do acordo ressaltando o compromisso da  
407 UNEB com as comunidades tradicionais e originárias, expressando satisfação com a parceria. Ele  
408 destacou a importância do projeto de cooperação para o desenvolvimento do Programa de Educação  
409 Ambiental do CBHSF. O coordenador da CCR Submédio SF anunciou a criação do primeiro Laboratório  
410 do São Francisco, que será instalado no Campus Intercultural da UNEB. Destacou que este laboratório  
411 atuará como um centro de treinamento e pesquisa voltado ao monitoramento e educação ambiental  
412 na bacia, além de ser um local de apoio para a capacitação de lideranças comunitárias. Adriana Lima  
413 expressou sua alegria e emoção em oficializar a parceria com o CBHSF e a APV, destacando o papel da  
414 UNEB como uma universidade presente nos territórios baianos, comprometida com o desenvolvimento

415 local e a sustentabilidade. A reitora enfatizou a relevância do Campus Intercultural, que será voltado  
416 para atender comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, integrando saberes tradicionais  
417 e acadêmicos para promover uma educação diferenciada. Agradeceu aos parlamentares que apoiaram  
418 o projeto, especialmente à deputada Fátima Nunes e ao deputado Josias Gomes, que contribuíram com  
419 emendas parlamentares para a criação do campus e do laboratório. Adriana Lima reforçou o  
420 compromisso da UNEB com a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do São Francisco,  
421 colocando a universidade à disposição para futuras colaborações. Na sequência Fátima Nunes expressou  
422 sua satisfação em participar deste momento histórico e elogiou a UNEB por seu papel fundamental na  
423 formação e desenvolvimento das comunidades mais vulneráveis da Bahia. Ela destacou a importância  
424 de uma universidade engajada com as necessidades locais, especialmente nas regiões mais carentes.  
425 Em apoio ao projeto, Fátima Nunes anunciou a destinação de uma emenda parlamentar para a compra  
426 de uma van que facilitará o transporte de alunos e professores entre o campus e as comunidades,  
427 ressaltando que a infraestrutura ajudará a garantir o acesso ao ensino e à pesquisa no novo campus. A  
428 deputada reafirmou seu compromisso em fortalecer o conhecimento e as práticas sustentáveis nas  
429 comunidades do Rio São Francisco. Com a palavra, Elba Alves elogiou o projeto e reforçou o valor da  
430 parceria entre a UNEB, o CBHSF e a APV. Destacou que a criação do Campus Intercultural e do  
431 Laboratório do São Francisco representa um investimento significativo de cerca de 5 milhões de reais,  
432 com potencial para transformar o cenário educacional e ambiental na região do submédio e baixo São  
433 Francisco. A presidente da APV enfatizou que a Agência continuará apoiando iniciativas que agreguem  
434 parceiros institucionais e parlamentares, promovendo o desenvolvimento sustentável e a valorização  
435 das comunidades tradicionais. Ela encerrou sua fala reforçando o compromisso da APV com a execução  
436 do projeto e com a missão de atender a toda a bacia do Rio São Francisco, para gerar impactos positivos  
437 em toda a extensão da bacia. **10. Apresentação sobre a implementação da cobrança pelo uso dos**  
438 **recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Grande e Corrente - CBH Grande e CBH Corrente.**  
439 Cristiano Duarte, iniciou destacando a importância da colaboração entre os comitês do São Francisco e  
440 de seus afluentes. Ele abordou a situação da bacia do corrente, que abrange 45 mil km<sup>2</sup> e inclui 19  
441 municípios, e falou sobre o plano de recursos hídricos finalizado em 2022 e entregue em abril de 2023,  
442 além de ações técnicas e parcerias com comitês como o do São Francisco para orientar a implementação  
443 da cobrança. O presidente do comitê da Bacia do Rio Corrente ressaltou que a cobrança deve ser  
444 planejada cuidadosamente, sendo necessário desenvolver materiais, como cartilhas e manuais, e  
445 estabelecer uma estrutura para a cobrança, visando evitar inadimplência e garantir o engajamento dos  
446 usuários. Ele também reconheceu a importância de adaptar o modelo de cobrança para as  
447 especificidades da Bacia do Rio Corrente, com base na experiência do comitê do São Francisco, mas  
448 mantendo o foco nas características locais. Em seguida, Eneas Porto complementou as falas de Cristiano,  
449 reafirmando a importância da parceria entre os comitês das duas bacias. O secretário do comitê da Bacia  
450 do Rio Grande destacou que o comitê do Grande busca uma comunicação próxima com a sociedade e  
451 usuários, seguindo o exemplo do comitê do São Francisco, o que facilita o diálogo e fortalece a aceitação  
452 da cobrança. Ele também mencionou a estrutura robusta de cooperação e parcerias para garantir a  
453 eficácia dos instrumentos de gestão de recursos hídricos. **11. Apresentação sobre monitoramento da**  
454 **qualidade da água no Oeste da Bahia -Prof. José Silva (UFOB).** Ednaldo Campos destacou o trabalho  
455 de José Neto na área de pesquisa e monitoramento das águas do Oeste da Bahia. Mencionou as  
456 dificuldades financeiras enfrentadas pelo professor para manter o monitoramento e sugeriu que o  
457 comitê considere apoiar financeiramente o trabalho, incluindo a possibilidade de aquisição de  
458 equipamentos de monitoramento. Com a palavra, José Neto agradeceu ao comitê e compartilhou  
459 detalhes de seu trabalho de monitoramento de recursos hídricos, em atividade há 10 anos, com foco  
460 em rios e aquíferos da região, como o Bambuí e o Urucuia. Ele apresentou um panorama sobre o

461 crescimento populacional na região, o uso intensivo de agroquímicos e pesticidas e suas implicações  
462 para a qualidade da água. Ele trouxe dados sobre as altas concentrações de resíduos de pesticidas nas  
463 bacias hidrográficas e o impacto ambiental significativo. Mencionou também as dificuldades  
464 interpretativas da pesquisa e a necessidade de monitoramento constante para identificar fragilidades  
465 ambientais e propor soluções. Além disso, José Neto ressaltou a importância de assistência técnica para  
466 agricultores, destacando que, enquanto o agronegócio possui suporte técnico adequado, pequenos  
467 agricultores, muitas vezes, não têm acesso às melhores práticas. Reforçou o papel das universidades na  
468 pesquisa e monitoramento ambiental e concluiu agradecendo o espaço para compartilhar seu trabalho.  
469 Ednaldo Campos o trabalho de José Neto e reforçou a importância da assistência técnica para evitar a  
470 contaminação de rios por práticas inadequadas dos pequenos agricultores. Manifestou o desejo de  
471 formalizar uma parceria entre o comitê e o projeto de monitoramento de José Neto. Em seguida, Marcos  
472 Polignano, sugeriu uma possível colaboração, similar a uma parceria estabelecida com a UNEB, para dar  
473 continuidade ao trabalho e garantir o apoio necessário ao projeto. **12. Apresentação da execução do**  
474 **POA 2023 e suas alterações - Thiago Campos (APV).** Thiago Campos começou a apresentação  
475 destacando a importância da execução do Plano de Aplicação Orçamentária (POA) e como ele serve para  
476 organizar o orçamento anual e orientar os investimentos e custeios administrativos da agência. Ele  
477 mencionou que o POA de 2023 foi apresentado e aprovado em uma plenária anterior, explicando o  
478 histórico de execução e evolução dos desembolsos, apontando a eficiência crescente dos investimentos  
479 e a necessidade de ajustes pontuais para atender a demandas específicas, como o esgotamento  
480 sanitário. Após apresentação foi aberto o debate para o plenário. Luiz Henrique elogiou o trabalho da  
481 Agência Peixe Vivo e o progresso em termos de execução financeira na bacia do São Francisco. Ele  
482 destacou a evolução dos recursos aplicados ao longo dos anos, enfatizando a importância de ações que  
483 aumentem a qualidade do investimento. Enfatizou a diferença entre execução financeira e física,  
484 sugerindo que as ações sejam menos pulverizadas para ampliar seu impacto na bacia do São Francisco.  
485 Heráclito Oliveira questionou a origem dos recursos excedentes no orçamento, sugerindo uma análise  
486 sobre o saldo proveniente de exercícios anteriores. Francisco de Assis da Silva elogiou a Agência Peixe  
487 Vivo e sugeriu uma maior interlocução entre as políticas públicas e o plano de bacia. Destacou a  
488 importância de alinhamento entre ações estaduais e municipais para melhor aproveitamento dos  
489 recursos. Elba Alves ressaltou o comprometimento da Agência Peixe Vivo, cuja atuação é regida por  
490 normas legais e instrumentos de gestão, como o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio São  
491 Francisco (PRHSF), o Plano Plurianual (PAP) e o Plano Orçamentário Anual (POA). Ela destacou que a  
492 agência só executa ações previstas e aprovadas por esses documentos, exemplificando o  
493 replanejamento de 20 milhões em 2023, que foi submetido à aprovação do colegiado. Além disso,  
494 enfatizou a importância da integração entre o plano da bacia e os planos estaduais dos estados da bacia  
495 do Rio São Francisco, com base em sua experiência na Bahia, e reforçou que a agência sempre respeita  
496 esse regramento para garantir uma gestão coordenada dos recursos hídricos. Com a palavra, Anivaldo  
497 Miranda enfatizou que o orçamento é central para as atividades do comitê e deve ser apresentado de  
498 forma didática e detalhada, sugerindo a criação de um relatório analítico anual para maior  
499 transparência. Ele defendeu que o comitê tem cumprido seu papel por meio de programas  
500 estruturantes, como saneamento rural e capacitação de irrigantes, além de destacar a importância da  
501 política de enquadramento dos recursos hídricos, que deve avançar até o Baixo São Francisco até 2025,  
502 alinhada ao “Pacto das Águas” firmado com os estados para promover uma gestão mais integrada. Ele  
503 reforçou a necessidade de investir nas comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, pelo  
504 papel que desempenham na preservação da bacia. Anivaldo Miranda também apontou que, além de  
505 ações de grande impacto, o comitê precisa realizar intervenções de menor escala para atender áreas  
506 remotas e carentes. Por fim, ele propôs a retomada do “Pacto das Águas” para fortalecer a articulação

507 entre os estados e facilitar o acesso a novos investimentos, visando uma gestão equilibrada e  
508 abrangente dos recursos hídricos na extensa região semiárida da bacia do São Francisco. Cláudio Pereira  
509 destacou a necessidade de o comitê implementar os planos de bacia de forma mais ativa, e enfatizou  
510 que é responsabilidade não apenas da sociedade, mas também dos governos estaduais e da ANA,  
511 garantir a aplicação desses planos. Ele defendeu o fortalecimento de ações locais, como a proteção de  
512 nascentes. Larissa Caires em concordância com as observações de Anivaldo Miranda ressaltou a  
513 importância de uma reflexão crítica sobre o uso dos recursos do comitê. Ela destacou que os valores  
514 arrecadados pela cobrança não são suficientes para resolver todas as necessidades da bacia,  
515 especialmente diante de frequentes flexibilizações e retrocessos na legislação ambiental, que  
516 aumentam os riscos de danos à bacia, como no caso recente da liberação de novos agrotóxicos. Larissa  
517 Caires defendeu que o papel do comitê deve ser investir em ações estratégicas e de alto impacto, sendo  
518 uma das melhores estratégias garantir o acesso e a proteção dos territórios de povos e comunidades  
519 tradicionais, que contribuem para a conservação dos recursos naturais. Além disso, enfatizou a  
520 importância de maior transparência na prestação de contas e a necessidade de decodificar informações  
521 para que as comunidades beneficiadas entendam claramente como os recursos estão sendo aplicados.  
522 Concluiu dizendo que é essencial que o plano de bacia seja usado por todos os envolvidos e que cada  
523 investimento tenha um impacto real na preservação do São Francisco. Luciana Khoury enfatizou que os  
524 recursos do comitê devem ser aplicados estrategicamente, dado que a cobrança sozinha não é suficiente  
525 para resolver todas as necessidades da bacia do São Francisco. Ela defendeu que uma das melhores  
526 formas de proteção ambiental é garantir o acesso e o direito dos povos e comunidades tradicionais aos  
527 seus territórios, já que essas comunidades desempenham um papel essencial na conservação dos  
528 recursos naturais. A promotora também destacou a importância de uma prestação de contas  
529 transparente e acessível, onde as comunidades beneficiadas possam entender claramente como os  
530 recursos estão sendo aplicados. Além disso, expressou sua preocupação com o desmantelamento  
531 ambiental causado pela flexibilização de legislações, que impacta diretamente a proteção do cerrado e  
532 da bacia. Para ela, o plano de bacia deve ser um instrumento de uso comum e de referência para todos  
533 os atores envolvidos, permitindo um alinhamento de ações para enfrentar os desafios ambientais.  
534 Evanildo Pereira começou lembrando sua trajetória na Comissão Pastoral da Terra, explicando que seu  
535 compromisso com a causa ambiental vem de longe. Em suas visitas a comunidades rurais, ele notou a  
536 cultura de sempre cobrar do Estado, mas alertou que só reclamar não resolve; as comunidades também  
537 precisam agir e assumir parte da responsabilidade. Ele destacou que a situação da Bacia do São Francisco  
538 é preocupante, talvez sem volta, e sugeriu que o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pode ser  
539 uma saída sustentável, pois atrai investimento e gera um ciclo positivo de conservação. Por fim, chamou  
540 o comitê para repensar como os recursos da cobrança são usados, buscando formas de fazer uma  
541 diferença real na recuperação da bacia. Marcos Polignano destacou a importância da diversidade e da  
542 pluralidade dentro do CBHSF, enfatizando que o comitê é composto por diferentes vozes, e todas as  
543 opiniões precisam ser respeitadas. Ele sublinhou que as decisões são fruto de uma construção, sendo  
544 fundamental valorizar o que já foi alcançado, ao invés de focar apenas no que ainda falta. Chamou  
545 atenção para a necessidade de ações que vão além do financiamento, defendendo que o  
546 comprometimento de cada membro do comitê é fundamental para o sucesso das iniciativas. Ele  
547 ressaltou a importância de políticas públicas bem estruturadas, como o enquadramento da bacia, que  
548 está sendo realizado em parceria com Minas Gerais, exemplificando como essas ações são ferramentas  
549 valiosas para o desenvolvimento sustentável da região. Pontuou a importância de valorizar lideranças  
550 que estão empenhadas no bem-estar do território, como a deputada Fátima, que tem contribuído  
551 ativamente com o comitê, e concluiu lembrando que a construção do CBHSF é coletiva, e depende do  
552 esforço de todos os membros para que o comitê continue avançando em direção aos objetivos comuns

553 e às políticas de preservação e desenvolvimento da bacia do São Francisco. **13. Relatório de Gestão:**  
554 **cumprimento das metas do Contrato de Gestão Exercício 2023.** Elba Alves falou do compromisso da  
555 APV em aprimorar a prestação de contas, de forma a garantir transparência tanto para o comitê quanto  
556 para a sociedade e todos os interessados. Ela explicou que a agência se esforça para apresentar os  
557 relatórios financeiros e físicos de forma clara à ANA, assegurando que reflitam fielmente as atividades  
558 realizadas e a execução dos recursos. Ela destacou, também, o compromisso da equipe em alcançar e,  
559 muitas vezes, até superar as metas estabelecidas anualmente, apesar do orçamento ser limitado.  
560 Embora a ANA tenha permitido que parte dos recursos seja destinada ao custeio de funcionários, a  
561 restrição financeira ainda representa um desafio. Outro ponto importante que Elba levantou foi a  
562 defasagem do preço público unitário da bacia do São Francisco em comparação com a bacia do Rio Doce,  
563 uma diferença que, segundo ela, impacta a viabilidade financeira da agência. Com isso, sugeriu que essa  
564 questão fosse discutida com a Diretoria do comitê, com o objetivo de revisar o valor para torná-lo mais  
565 realista e, assim, fortalecer a atuação da Agência Peixe Vivo. Ela finalizou fazendo um apelo para que  
566 essa revisão do preço público unitário seja incluída na pauta da Diretoria, o que ajudaria a agência a  
567 ampliar sua capacidade de ação e a garantir uma execução ainda mais eficaz na gestão da bacia do São  
568 Francisco. **14. Apresentação dos resultados do Programa Pró Mananciais – COPASA.** Nelson Cunha  
569 apresentou o Programa Pró-Mananciais, que foi criado em resposta à crise hídrica de 2015-2017 em  
570 Minas Gerais. Inspirado no programa "Cultivando Água Boa" da Itaipu Binacional, o Pró-Mananciais teve  
571 como objetivo garantir a segurança hídrica por meio de ações ambientais integradas, buscando  
572 parcerias e responsabilidade compartilhada. Nelson Cunha destacou que as companhias de saneamento  
573 desempenhavam um papel crucial na gestão dos recursos hídricos, contribuindo significativamente para  
574 as receitas de cobrança. No caso da COPASA, a empresa foi responsável por 38% da arrecadação de  
575 cobrança em Minas Gerais e previu um pagamento de R\$ 41 milhões em 2024. Esclareceu que o  
576 programa seguiu uma metodologia que incluiu critérios rigorosos para a escolha dos municípios,  
577 envolvendo coletivos locais coordenados pelas prefeituras e a participação de diversos atores, como  
578 empresas e universidades, cujas etapas contemplaram diagnóstico prévio, oficinas participativas e a  
579 formalização do "Pacto das Águas". O representante da COPASA informou ainda que desde 2017, a  
580 COPASA investiu cerca de R\$ 116,5 milhões em ações ambientais, com destaque para a construção de  
581 cercas, barraginhas e adequação de estradas rurais, especialmente na bacia do São Francisco. Nelson  
582 Cunha ressaltou a importância da educação ambiental, que foi expandida para áreas rurais, e a  
583 relevância das parcerias com prefeituras, universidades e ONGs, como a TNC e a Agência Francesa de  
584 Desenvolvimento. Ele concluiu reforçando que a revitalização das bacias dependia de esforços  
585 conjuntos e que a experiência do Programa Pró-Mananciais poderia servir de exemplo para outras  
586 regiões. Após a apresentação, os participantes reconheceram a importância do programa e discutiram  
587 a necessidade de replicar práticas semelhantes em outras bacias. **15. Encerramento.** Uma vez esgotada  
588 a pauta, o vice-presidente do CBHSF agradece a participação de todos, assim como o apoio da APV e dá  
589 por encerrada a reunião do dia 10 de maio de 2024.  
590

  
José Maciel Nunes de Oliveira  
Presidente do CBHSF

  
Almacks Luiz Carneiro da Silva  
Secretário do CBHSF